

# Espaços Livres para Práticas Sociais: Análise com foco nas praças da Regional Grande Ibes, Vila Velha – ES

**Mariana Menini Moreira**  
Universidade Vila Velha – Brasil  
[marianamenini.m@gmail.com](mailto:marianamenini.m@gmail.com)

**Larissa Leticia Andara Ramos**  
Universidade Vila Velha – Brasil  
[larissa.amos@uvv.br](mailto:larissa.amos@uvv.br)

**Luciana Aparecida Netto de Jesus**  
Universidade Federal do Espírito Santo – Brasil  
[luciana.njesus@gmail.com](mailto:luciana.njesus@gmail.com)

**Suzany Rangel Ramos**  
Universidade de Vila Velha – Brasil  
[suzany.r@hotmail.com](mailto:suzany.r@hotmail.com)

## ABSTRACT

*The study of open spaces system is fundamental considering that these spaces have a direct impact on the urban and life quality of the population, positively influencing aspects related to physical and mental health, urban vitality and public safety. This work presents a quantitative and qualitative analysis of the open spaces of public use for social practices, with focus on Regional 02 - Grande Ibes, in the city of Vila Velha/ES. As a identification method, the mapping was done using the geoprocessing software ArcGis, along with information collected during field visits, the Google Maps and Google Earth tools, the Vila Velha Municipal Master Plan and the socioeconomic profile provided by the Municipal Secretary of Planning Budget and Management of Vila Velha/ES. After the analysis, it was noticed that there is no balance in the distribution of open spaces of public use destined to social practices of the Regional Grande Ibes, so that the existing squares (considering a radius of influence of 300 meters) serve only about 56% of the resident population in the study area. Regarding the qualitative aspects, most of the squares have attractions related to living, health and leisure, besides being mostly clean and wooded. However, the lack of regular maintenance compromises these spaces, generating vulnerability and lack of vitality. Against this backdrop, it is expected with this research, to reinforce the importance of these spaces in the urban context, as well as to provide data that can contribute in the city's environmental and urban planning.*

**Keywords:** *Open Spaces System; Open Spaces of Public Use; Social Practices; Squares.*

## 1. INTRODUÇÃO

Os espaços públicos na cidade podem apresentar diversas configurações, com formas e tamanhos variados, abrangendo além de ruas e calçadas, espaços que visam atividades de vivência e de lazer, como praças e parques (ALEX, 2011). Tais espaços favorecem o desenvolvimento de atividades sociais e a vitalidade urbana, além de caracterizarem locais que, por meio da arborização e presença de áreas verdes, auxiliam na renovação do ar, contribuindo também para a manutenção do microclima local.

Alex (2011, p.126) ressalta que “o convívio social no espaço público está intimamente relacionado às oportunidades de acesso e uso”. O autor afirma que os espaços livres de uso público são indispensáveis na promoção da sociabilidade e no exercício da convivência, e, portanto, devem ser vistos como um conjunto indissociável das formas assumidas pelas práticas sociais. Entretanto, tais espaços,

muitas vezes, não são convidativos à população, caracterizados, em grande parte, por projetos inadequados e engessados. Esse fator traz como consequência o uso seletivo ou o desuso total dos espaços públicos que, aliados a crescente escassez de espaços de qualidade nas cidades, acabam negando oportunidades de convívio social e lazer para a população.

A redução de áreas verdes urbana, a partir da escassez dos espaços públicos, do adensamento dos edifícios, da abertura de vias e da impermeabilização do solo modifica também aspectos relacionados ao conforto ambiental das cidades, alterando o microclima local e a qualidade do ar, gerando poluição sonora, aumento de temperaturas e de consumo energético. Além dos efeitos na saúde da população, os efeitos sociais também são evidenciados. A carência de espaços para práticas sociais e vivência urbana, acabam gerando uma sociedade sem interlocutores, onde as relações interpessoais são danificadas.

Na cidade de Vila Velha - ES, município estudo deste trabalho, verifica-se uma carência de espaços livres de uso público com os quais a população possa realizar interações, tecer relações sociais e estimular práticas esportivas e de lazer. A falta de planejamento urbano, o adensamento populacional e o processo de urbanização da cidade resultaram na substituição de ambientes naturais por espaços construídos. Esta configuração da cidade traz hoje um cenário preocupante, não só pelos seus efeitos psicológicos e sociais, mas, sobretudo, por não permitir o acesso da população a áreas que promovem, além de outros benefícios, a vivência urbana, o bem-estar e a integração.

Diante do cenário apresentado, este trabalho apresenta uma análise reflexiva dos espaços livres de uso público destinados a práticas sociais e suas potencialidades para constituição de um sistema de espaços livres em Vila Velha - ES/Brasil, tendo como recorte a Regional Grande Ibes. Tais análises visam colaborar com estudos que enfatizam a qualidade dos espaços livres bem como os efeitos da falta desses espaços sobre as comunidades. A identificação de espaços públicos, a quantidade e a qualidade dos mesmos, bem como as análises finais e diagnósticos desenvolvidos nesta pesquisa visam influenciar futuras intervenções, a fim de qualificar o espaço urbano, em especial do município de Vila Velha.

A pesquisa foi definida em quatro etapas metodológicas: Contextualização, Identificação e Mapeamento, Classificação dos espaços de práticas sociais e Análises comparativas. Em um primeiro momento, leituras de bibliografias referentes aos espaços livres públicos foram necessárias de modo a contextualizar e conceituar as áreas estudadas. Como método para identificação dos espaços públicos para práticas sociais foram utilizadas imagens de satélite e dados geográficos disponibilizados pelo programa *Google Earth* e *Google Maps*, juntamente com visitas e levantamentos fotográficos realizados em campo. O mapeamento foi desenvolvido no programa *ArcGIS*, de geoprocessamento via satélite, de modo a gerar uma base cartográfica digital de dados. Também foi utilizado o 'Mapa Interativo' do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde foi possível acessar dados demográficos do Censo de 2010 (IBGE, 2010) para determinada área de influência. Após a identificação e mapeamento das áreas de interesse, foi possível realizar análises e comparações entre as informações coletadas.

## 2. CLASSIFICAÇÕES DOS ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO

Mendonça (2015), baseando-se nos conceitos de espaços livres públicos definidos por Carneiro e Mesquita (2000), classifica os espaços livres de usos público em três grupos: espaços livres públicos de equilíbrio ambiental; espaços livres públicos de práticas sociais e espaços livres potenciais. Estes conceitos, foram utilizados como base teórica para a realização das análises realizadas nesta pesquisa,

que apresenta como foco o estudo dos espaços livres públicos de práticas sociais da Regional Grande Ibes. Segundo Mendonça (2015), os espaços livres de uso público destinados a práticas sociais são todos os espaços que abrangem fins sociais, de lazer e esportivos. Neste conceito estão inseridas ruas, praças, quadras de esporte, campos de futebol públicos, parques urbanos, calçadões (orlas marítimas urbanizadas), mirantes, parques temáticos, entre outros (MENDONÇA, 2015). Estes espaços são considerados importantes nas cidades, na medida em que se configuram como espaços de integração e vivência, contribuindo para a qualidade de vida, saúde, segurança e para a vitalidade urbana.

Outro conceito importante é o de sistemas de espaços livres de uso público, que segundo Tardin (2010), diz respeito a um conjunto de elementos que estabelecem relações entre si, com seu entorno e com as pessoas que o vivenciam. Estes elementos possuem diversidade de escalas e afetam dinamicamente os espaços ao longo do tempo, desta forma, um espaço livre pode ser ordenado por vários sistemas integrados, que atuam continuamente, modificando e moldando este espaço. Neste sentido, nas cidades contemporâneas o reconhecimento dos espaços livres como um sistema mostra-se fundamental para reestruturar, ordenar e qualificar o espaço urbano. Dentro dos sistemas abordados por Tardin (2008), podem ser identificados o sistema “Urbano”, que diz respeito a todos os aspectos relacionados ao processo de urbanização, usos e legislação urbana; o sistema “Biofísico”, que abrange os processos naturais e seus elementos (vegetação, hidrografia, topografia, etc.); e o sistema “Sociocultural e econômico”, que diz respeito a percepção e a identificação que uma população tem sobre determinado lugar, incluindo seu modo de vida, valores e cultura. Estes sistemas, em conjunto, caracterizam e modificam as paisagens ao longo do tempo, incluindo os espaços livres de uso público.

A classificação apresentada por Kelly e Becker (2000), proposta pela *National Recreation and Park Association*, que considera que os espaços de uso público podem também ser caracterizados pelo porte, raio de abrangência e tipos de uso, também se faz importante neste estudo. São eles: Espaços públicos de vizinhança, de bairro e municipais. Para Kelly e Becker (2000), espaços públicos de vizinhança são aqueles de menor porte e abrangência, que impactam apenas sobre um pequeno conjunto de quadras e trazem atividades de lazer e vivência cotidianas. Estes possuem raios de abrangência inferiores a 400m. Já os espaços públicos de bairro são os espaços de médio porte, de abrangência intermediária e que trazem uma gama mais variada de atividades, incluindo também o interesse comunitário, de conservação ambiental e recreação. Os raios de abrangência dos espaços de bairro podem variar entre 400m a 800m, de forma que atendam a uma população de usuários de até 5000 pessoas. Por último, os espaços públicos municipais são os espaços livres de grande porte e que apresentam variedade de atividades de lazer, preservação ambiental e recreação. Possuem raios de abrangência maiores, que podem variar de 1600m até 3200m.

Kliass (1993) defende que os principais elementos de um espaço público são a geografia física, a função urbana e o relacionamento com seu entorno e classifica os espaços por abrangência, considerando a relação de vizinhança, de bairro e metropolitana.

As classificações de Mendonça (2015), Kelly e Becker (2000) e Kliass (1993), que levam em consideração aspectos funcionais e de abrangência, foram utilizadas no âmbito desta pesquisa para o estudo dos espaços livres de uso público destinados a práticas sociais, pois refletem o papel dos espaços públicos nas cidades e de que forma eles se relacionam com a comunidade na qual estão inseridos.

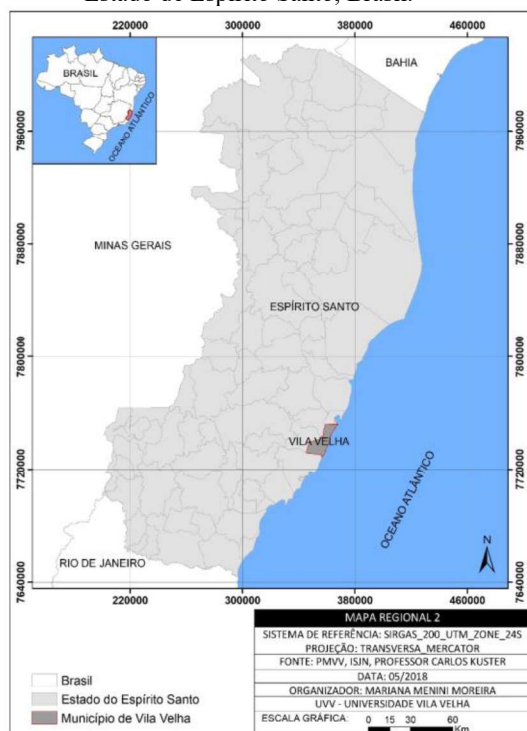
### 3. ESPAÇOS LIVRES DE USO PÚBLICO PARA PRÁTICAS SOCIAIS DA GRANDE IBES

#### 3.1 Caracterização da Regional Grande Ibes

Considerada a cidade mais antiga do Estado do Espírito Santo (localizada na Região Sudeste do Brasil, Vila Velha (**Figura 1**) é também a segunda mais populosa do Estado, com cerca de 414.586 habitantes e área territorial de 209,965 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Para melhor organização, o município é dividido em cinco regiões administrativas: Regional 01 – Grande Centro; Regional 02 – Grande Ibes; Regional 03 – Grande Aribiri; Regional 04 – Grande Cobilândia e Regional 05 – Grande Jucu.

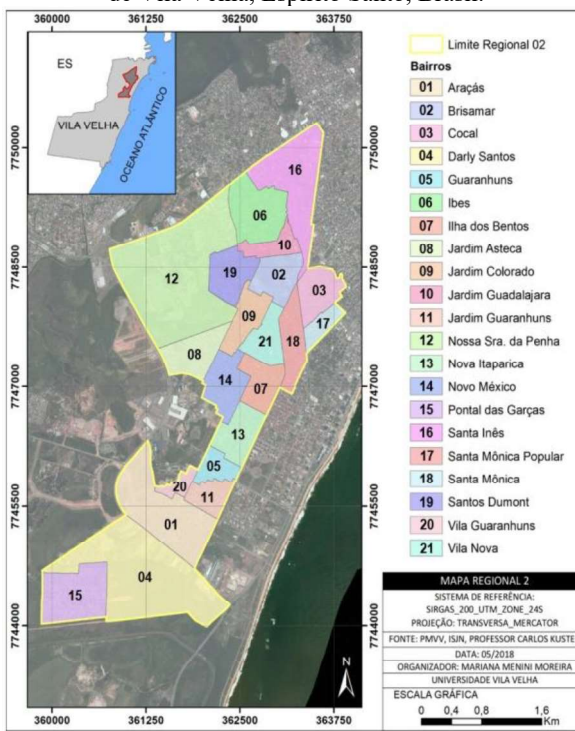
De acordo com a Lei Nº 4.707/2008, que regulamenta sobre a “Institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município de Vila Velha” a Regional Grande Ibes, área de estudo nesta pesquisa, é composta por 21 bairros, conforme ilustra a **Figura 2** e conta com um total de 69.551 habitantes (VILA VELHA, 2008).

**Figura 1:** Município de Vila Velha localizado no Estado de Espírito Santo, Brasil.



**Fonte:** Mapeamento elaborado pelos autores, 2018.  
 Imagem gerada pelo ArcGIS.

**Figura 2:** Regional Grande Ibes localizada no município de Vila Velha, Espírito Santo, Brasil.



**Fonte:** Mapeamento elaborado pelos autores, 2018.  
 Imagem gerada pelo ArcGIS.

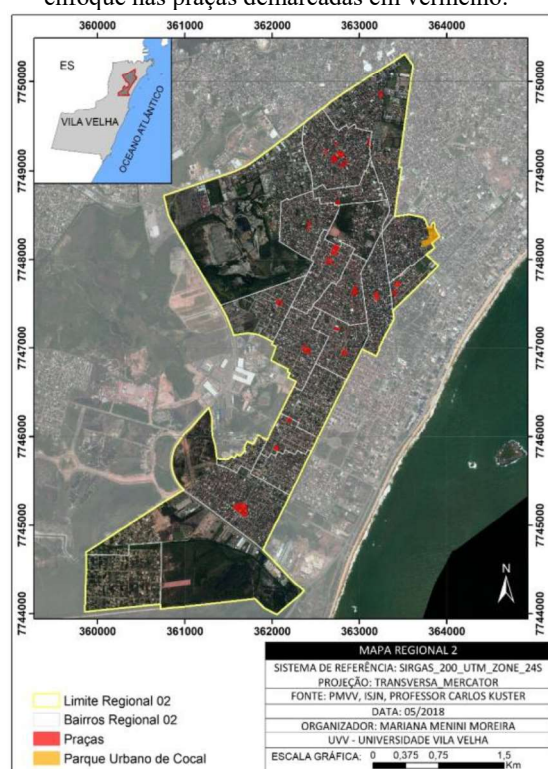
#### 3.2 Identificação e classificação dos espaços públicos para práticas sociais da Grande Ibes

No âmbito desta pesquisa, deu-se ênfase ao mapeamento e análise dos espaços das praças pois são os espaços livres públicos de maior potencialidade da área, além de serem espaços de maior acessibilidade dentro da malha urbana, possuindo função de convívio social. De acordo com a classificação de espaços públicos destinados a práticas sociais de Mendonça (2015), na Regional Grande Ibes foram mapeadas 21 (vinte e uma) praças e 1(um) parque urbano, distribuídos entre 13 (treze) bairros, de um total de 21 (vinte e um) bairros que compõem a Regional. A **Figura 3** ilustra a distribuição

destes espaços pela Grande Ibes. Em vermelho, destacam-se as praças e em laranja, o único parque urbano identificado, localizado no limite da regional.

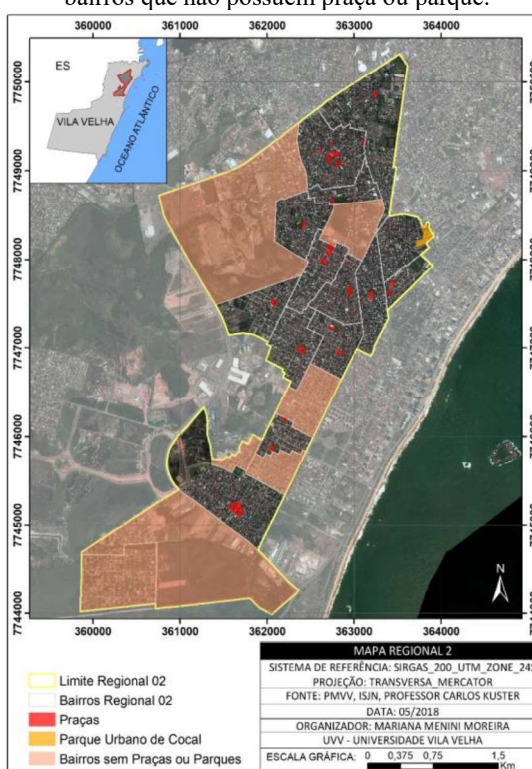
Os bairros evidenciados em rosa na **Figura 4** possuem total ausência de espaços livres públicos para práticas sociais, sendo eles os bairros: Nossa Senhora da Penha, Darly Santos, Jardim Guaranhuns, Vila Guaranhuns, Nova Itaparica e Pontal das Garças. A falta de espaços para prática sociais nos 6 (seis) dos 21 (vinte e um) bairros citados também está diretamente associada ao zoneamento destas áreas, refletindo uma ocupação territorial tardia e baixa densidade populacional.

**Figura 3:** Mapeamento das áreas livres de uso público para práticas sociais da Região Grande Ibes, enfoque nas praças demarcadas em vermelho.



**Fonte:** Mapeamento elaborado pelos autores, 2018.  
Imagem gerada pelo ArcGIS.

**Figura 4:** Mapeamento das áreas livres para práticas sociais da Grande Ibes, evidenciando em rosa os bairros que não possuem praça ou parque.



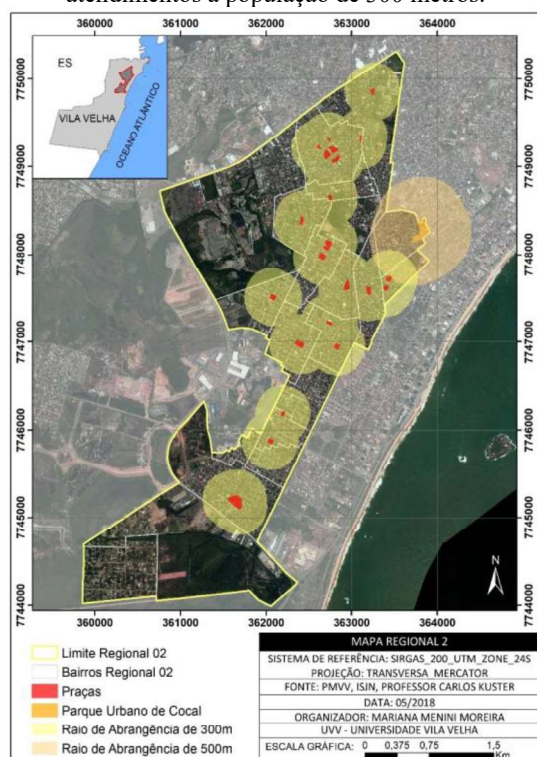
**Fonte:** Mapeamento elaborado pelos autores, 2018.  
Imagem gerada pelo ArcGIS.

Através das análises dos mapas, é possível notar uma fragmentação dos espaços livres para práticas sociais entre os bairros da Regional. Destaca-se a maior concentração de praças nos bairros com ocupação mais antiga (década de 50 e 60), como é o caso do Bairro do Ibes, planejado pelo Governo do Estado do Espírito Santo com a finalidade de construir habitações a baixo custo para a população carente (CAMPOS JR, 2016). O bairro possui 4 praças, tendo 60% de sua população com acesso a estas áreas em um raio de 300 metros<sup>1</sup>.

1 O raio de influência de 300 metros tem como referência pesquisas apresentadas pelo Programa Cidades Sustentáveis (2012) que aponta que o raio de 300 metros de um espaço público evita grandes deslocamentos no território, incentiva a prática esportiva e a vivência. Também considera as classificações de Kelly e Becker (2000) que concebe as praças como espaços públicos de vizinhança, com raios de abrangência a população inferiores a 400m.

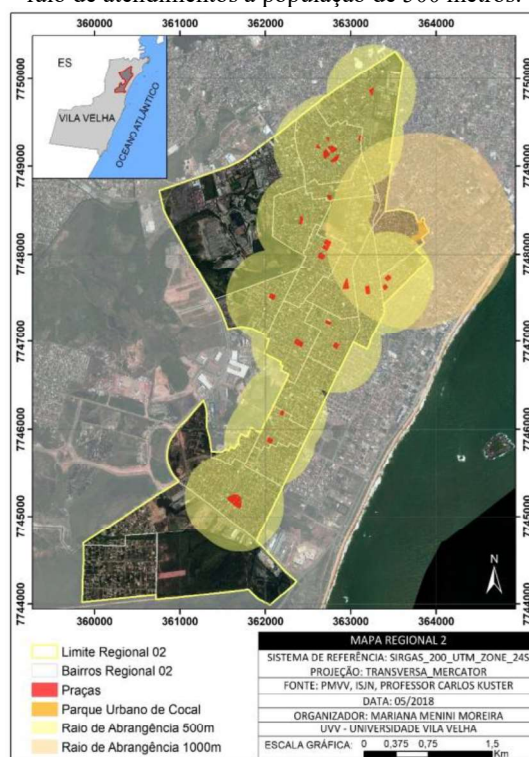
Considerando um raio de atendimento à população de 300m para cada praça, o que representa um percurso com tempo médio de 3 a 4 minutos a pé, percebe-se que a área total de abrangência representa 45% da área total da Regional Grande Ibes, conforme ilustrado na **Figura 5**. Observa-se, ainda, que cerca 56% da população da Grande Ibes possui acesso aos espaços livres para práticas sociais mapeados. Se considerado um raio de influência de 500m para cada praça, representando uma abrangência maior das praças em relação ao público beneficiado, é possível apontar que a área total de atendimento à população representa 65% da área da Regional, conforme ilustrado na **Figura 6**. Além disso, a parcela da população contemplada pelos espaços livres de uso público mapeados aumenta para 89%.

**Figura 5:** Mapeamento dos espaços livres de uso público para práticas sociais da Grande Ibes considerado raio de atendimentos à população de 300 metros.



Fonte: Mapeamento elaborado pelos autores, 2018.  
Imagem gerada pelo ArcGIS.

**Figura 6:** Mapeamento dos espaços livres de uso público para práticas sociais da Grande Ibes considerado raio de atendimentos à população de 500 metros.



Fonte: Mapeamento elaborado pelos autores, 2018.  
Imagem gerada pelo ArcGIS.

### 3.2 Análises das praças da Grande Ibes

Com base no Guia do Espaço Público (CONEXÃO CULTURAL, 2016), foram estabelecidos critérios que qualificam os espaços livres das praças da Grande Ibes, agrupados em quatro categorias: a) Acessos e Conexões; b) Sociabilidade, Usos e Atividades; c) Limpeza e Segurança; e por fim, d) Conforto e Imagem. Dentro de cada grupo, foram identificados elementos que nortearam a análise da qualidade dos espaços visitados. Os itens analisados fazem parte de um conjunto de fatores que garantem conforto, segurança, lazer e integração para quem utiliza tais espaços, caracterizando uma vida urbana com atividades variadas e de qualidade.

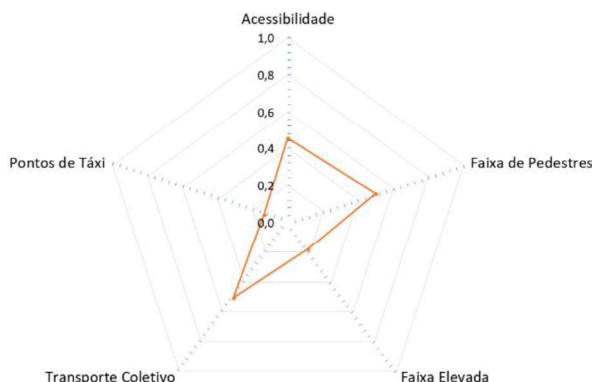
Para ilustrar o resultado quantitativo das análises das praças, foram utilizados gráficos do tipo radar (**Figuras 7, 8, 9 e 10**) que possibilitam a interpretação de dados, atribuindo para cada parâmetro uma

escala que varia de 0 a 1. Nos gráficos do tipo radar, quanto mais próxima da extremidade do polígono (100%), maior o valor atribuído e quanto mais próximo do centro (que representa 0%), menor o valor. Uma situação ideal seria os resultados alcançarem a forma do hexágono na sua totalidade. Vale ressaltar, que a análise realizada foi quantitativa e não qualitativa, na qual foram verificados a ausência e presença dos elementos identificados em cada critério.

A **Figura 7** apresenta o resultado das análises referentes a categoria “Acessos e Conexões”, englobando parâmetros relacionados a acessibilidade, presença de faixas de pedestres, faixas elevadas, pontos de táxi e transporte coletivo. No que diz respeito a acessibilidade, apenas 50% das praças atendem as exigências da NBR 9050/2015 (ABNT, 2015), tanto nas condições de acesso (rampas e rebaixos) quanto às faixas livres de circulação (largura satisfatória para passagem e pavimentação regular, com pisos bem conservados e que permitam o uso de diversos públicos). Em relação às conexões externas entre o usuário e o espaço físico da praça, percebe-se que apenas 50% das praças são conectas com outras ruas e calçadas através de faixa de pedestre e 20% delas possuem faixas elevadas, comprometendo, assim, a segurança viária do pedestre. Ainda com relação ao gráfico de “Acessos e Conexões”, nota-se que há uma tendência na diminuição dos pontos de táxis disponíveis nas praças, não só na regional em estudo, mas também em toda a cidade, em decorrência do surgimento de outras formas de transportes alternativos, mais econômicos e/ou sustentáveis. Exemplo que vem ganhando espaço e usuários é o transporte oferecido pela prefeitura municipal conhecido como *Bike VV*, um sistema de aluguel de bicicletas compartilhadas.

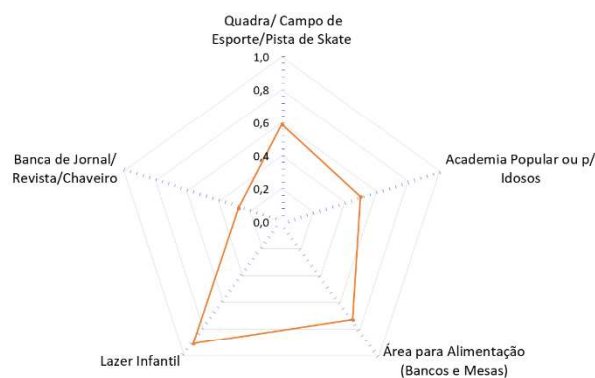
A **Figura 8** ilustra as análises dos aspectos relacionados a “Sociabilidade, Usos e Atividades”, que, em sua essência, garantem integração, lazer e vitalidade aos espaços públicos. Os equipamentos mais presentes nas praças são as quadras esportivas, pistas de skate, área para lazer infantil (*playgrounds*) e área para alimentação, com média de presença variando de 60% a 95% no total de praças. Apesar dos números parecerem satisfatórios, a análise não considera aspectos qualitativos. No que se refere a presença de equipamentos como bancas de jornal/revista e/ou chaveiro e academias populares ou para idosos, os números mudam e é possível notar que poucas são as praças que disponibilizam desses serviços, com índices variando entre 30% e 50% em relação a quantidade de praças com tais atrativos.

**Figura 7:** Gráfico das análises sobre os itens pertencentes ao grupo “Acessos e Conexões”.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2018.

**Figura 8:** Gráficos das análises dos itens pertencentes ao grupo “Sociabilidade, Usos e Atividades”.

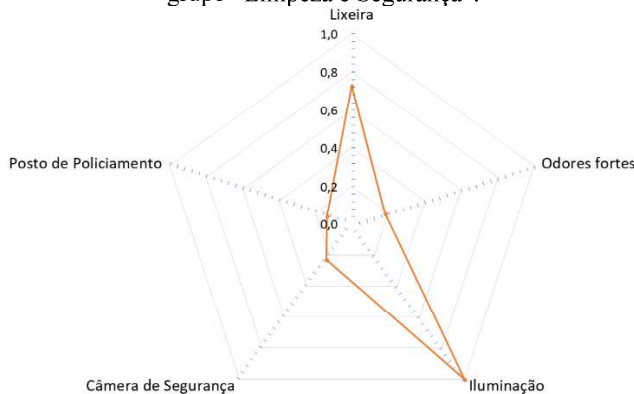


**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2018.

Considerando o grupo com parâmetros de “Limpeza e Segurança” nos espaços públicos, a **Figura 9**, demonstra que elementos como postos de policiamento e câmeras de segurança municipais são itens presentes em uma pequena parcela das praças. Ainda com relação a segurança, todas as praças possuem iluminação com presença de variedade de postes, com alturas e tipologias diversificadas. Apesar de somente o fator “iluminação” não garantir segurança, o mesmo é um elemento que contribui na manutenção da vitalidade dos espaços para práticas sociais, por permitir a presença de usos noturnos e de pessoas nos locais e, conseqüentemente, maior vigilância natural. A presença de lixeiras foi observada em cerca de 70% das praças e como consequência positiva, em poucas praças foi notória a presença de odores desagradáveis provindos de acúmulo de lixo em locais inadequados.

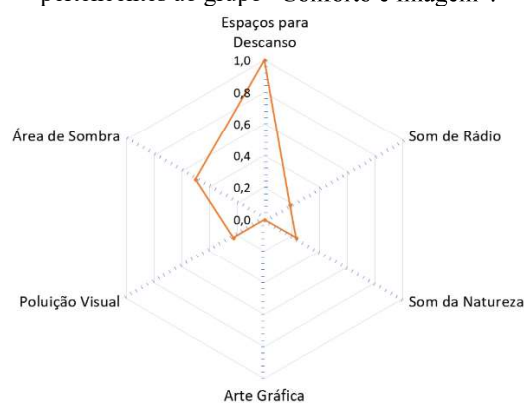
No que diz respeito aos elementos relacionados ao “Conforto e Imagem”, ilustrados na **Figura 10**, não foi possível identificar sons característicos além dos ruídos provenientes dos veículos, com exceção de algumas praças que apresentam rádios nos postes ou de praças situadas em áreas majoritariamente residenciais, onde os sons da natureza destacam-se no espaço. Com relação ao visual, nenhuma das praças possui arte gráfica, por outro lado, cerca de 20% delas apresentam algum tipo de poluição visual, principalmente pichações em muros e bancos. Com relação aos espaços para descanso, todas as praças apresentam bancos. Além dos espaços sombreados promovidos pela arborização, cerca de 50% das praças possui áreas construídas que também promovem sombra e maior conforto para quem utiliza o espaço.

**Figura 9:** Gráfico das análises sobre os itens pertencentes ao grupo “Limpeza e Segurança”.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2018.

**Figura 10:** Gráfico das análises sobre os itens pertencentes ao grupo “Conforto e Imagem”.



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2018.

Vale destacar que as praças da Grande Ibes possuem características e usos diversos, absorvendo diferentes demandas da população do entorno. Por exemplo, as praças dos bairros Novo México, Jardim Colorado e Santa Inês (**Figura 11**) possuem equipamentos para recreação e entretenimento, como quadras esportivas, *playground*, academia popular/idoso, áreas de permanências arborizadas e espaços de alimentação, onde acontecem atividades noturnas voltadas para alimentação. Já as praças dos bairros Santa Mônica e Jardim Guadalajara (**Figura 12**) são mais arborizadas, sem muitos equipamentos e destinadas para relaxamento e descanso dos usuários, sendo utilizadas, principalmente, aos finais de semana.

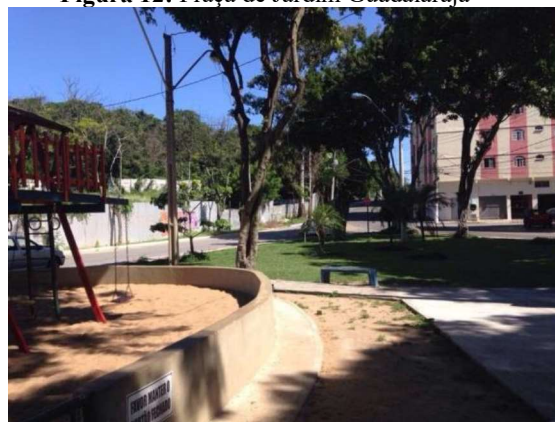


**Figura 11:** Praça de Santa Inês



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa, 2018.

**Figura 12:** Praça de Jardim Guadalaraja



Fonte: Acervo do Grupo de Pesquisa, 2018.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Vila Velha, principalmente no final do século XX, passou por um processo de adensamento populacional significativo e com isso vem sofrendo uma série de mudanças no uso do solo urbano, na mobilidade urbana e na estrutura da paisagem, fazendo com que a cidade apresente carência de espaços livres de uso público para práticas sociais que proporcionem interação com a população, contribuindo para a formação da identidade cultural, do senso de comunidade e, conseqüentemente da qualidade de vida urbana.

As ideologias de planejamento, em especial do racionalismo funcional modernista, seguido do acelerado crescimento dos aglomerados urbanos, deram grande ênfase ao carro, baixa prioridade ao espaço público, às áreas de pedestres e ao papel do espaço urbano como local de encontro dos moradores da cidade (GEHL, 2014). Considerando os aspectos relacionados à consolidação da regional Grande Ibes foi possível perceber que seus bairros, de modo geral, seguiram esta lógica do crescimento funcional.

Além de confirmar a carência de espaços públicos de qualidade e bem estruturados, a análise dos espaços de uso público para práticas sociais da região Grande Ibes também confirma a distribuição irregular das praças que, por não contemplar toda a população da regional, gera segregação dos moradores dos bairros carentes de espaços públicos. Tais aspectos corroboram o que afirma Tardin (2010), que diz que grande parte dos municípios brasileiros estão produzindo espaços que tendem a não se relacionar entre si, refletindo uma relação desfavorável entre os sistemas urbanos, biofísicos, socioculturais e econômicos.

Diante da problemática apresentada, espera-se com esta pesquisa, contribuir com estudos que reforcem a importância dos espaços livres no contexto urbano, além de fornecer dados que possam auxiliar no planejamento ambiental e urbano do município.

Dentre algumas ações favoráveis para melhor distribuição e acesso aos espaços públicos, a identificação de terrenos potenciais para implantação de espaços para práticas sociais em áreas não contempladas, representa a oportunidade de criar uma distribuição mais igualitária dos espaços públicos na malha urbana, garantindo acesso à população residente de áreas anteriormente não privilegiadas. Além disso, a manutenção regular e preventiva dos espaços públicos consolidados, se faz fundamental

para garantir a longevidade e vitalidade destes ambientes, proporcionando espaços agradáveis e de qualidade. O placemaking (CONEXÃO CULTURAL, 2016), conceito que abrange o planejamento, desenho, gestão e programação de espaços públicos e possui raízes na participação comunitária em relação à manutenção e apropriação dos espaços, também pode-se configurar como um forte aliado para a melhoria de ambientes voltados para a integração, participação e convívio da população.

### REFERÊNCIAS

ALEX, S. **Projeto da Praça: Convívio e Exclusão no Espaço Público**. 2a ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro. ABNT, 2015.

CAMPOS JR, C. T. de. **A experiência de construção habitacional do Ibes**. Estação Capixaba. 2016. Disponível em < <http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/a-experiencia-de-construcao.html> ES > Acesso em 26 jan. 2018.

CONEXÃO CULTURAL. Project for Public Spaces. **Guia do Espaço Público**. Para Inspirar e Transformar. Jeniffer Heemann & Paola Caiuby Santiago (Adaptação) 2. ed. São Paulo: Conexão Cultural. 2016.

GEHL, J. **Cidade para pessoas**. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KLIASS, Rosa Grená. **Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini, 1993.

KELLY, Eric; BECKER, Barbara. **Community planning: an introduction to the comprehensive plan**. Washington: Island Press, 2000.

MENDONÇA, E. M. S. A importância metropolitana do sistema de espaços livres da região de Vitória – ES –Brasil. In: EURO ELECS 2015, Guimarães, Portugal. **Anais EURO ELECS 2015**, Guimarães, Portugal. 2015. p. 2075-2084.

PMVV. Prefeitura Municipal de Vila Velha. SEMPLA – Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão. **Vila Velha em Dados**. Vila Velha, outubro 2013.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Metas de Sustentabilidade para os Municípios Brasileiros (Indicadores e Referências)**. Rede Nossa São Paulo. Rede Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Agosto 2012.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros. **Espaços Livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade de Recife. 2000.

TARDIN, R. **Espaços Livres: Sistema e Projeto Territorial**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras. 2008.

TARDIN, R. Ordenação sistêmica da paisagem. In: I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Simpósio temático: arquitetura, urbanidade e meio ambiente**. Rio de Janeiro, Brasil. 2010.

VILA VELHA. Lei nº 4.707 de 10 de setembro de 2008. **Institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município**. Prefeitura Municipal de Vila Velha-ES, 2008.